

Alexandre Ferreira de Assumpção Alves  
(organizador e revisor)

# TÍTULOS DE CRÉDITO COMO VALORES MOBILIÁRIOS

---

Coleção “Temas Contemporâneos de Direito Comercial”  
(Coordenação: Vitor Sardas)

---

**Autores:**

Aline Pita Bulhões de Souza  
Ciro Silva Martins  
Larissa Rocha de Paula Pessoa  
Luiz Carlos Malheiros França  
Marcus Paulus de Oliveira Rosa  
Patrícia Sampaio Fiad Maroja  
Raphael Ricci Portella  
Renata Ribeiro Pereira  
Vitor Sardas

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2026

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1 Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário .....</b>	<b>7</b>
1.1 Introdução.....	7
1.2 Certificado de depósito agropecuário e warrant agropecuário .....	9
1.2.1 Criação .....	10
1.2.2 Características.....	12
1.2.3 Emissão .....	14
1.2.4 Requisitos.....	15
1.2.5 O depósito necessário do CDA e WA emitidos sob forma cartular .....	17
1.2.6 Circulação.....	19
1.2.6.1 Formas de Circulação do CDA e WA.....	22
1.2.6.2 Da Baixa do Registro.....	25
1.2.6.3 Da Retirada do Produto .....	27
1.2.7 Cobrança do crédito em caso de falta de pagamento do WA .....	29
1.2.8 O CDA e o WA na Recuperação Judicial e Falência do Depositante .....	32
1.3 Conclusão.....	34
Referências .....	36

<b>2 Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio .....</b>	<b>43</b>
2.1 Introdução.....	43
2.2 Dos títulos de crédito criados pela lei nº 11.076/2004 como instrumentos para o financiamento privado da cadeia produtiva do agronegócio brasileiro .....	44
2.3 A disciplina legal do CDCA como título de crédito do agronegócio ...	50
2.3.1 Natureza jurídica e características essenciais do CDCA .....	51
2.3.2 Legitimidade e condições jurídicas para emissão do CDCA.....	54
2.3.3 Requisitos legais essenciais do CDCA.....	54
2.3.4 O regime jurídico incidente sobre os direitos creditórios vinculados ao CDCA .....	55
2.3.5 Aprimoramentos regulatórios promovidos pelo CMN nos requisitos jurídicos que incidem sobre os direitos creditórios elegíveis como lastro do CRA, CRI e CDCA .....	60
2.4 Particularidades jurídicas e operacionais do CDCA escritural e sua natureza como ativo financeiro ou como valor mobiliário...62	
2.4.1 Aspectos operacionais relativos ao exercício dos institutos cambiais no CDCA escritural.....	63
2.4.2 O CDCA escritural como ativo financeiro regulado pelo BCB .....	66
2.4.3 O CDCA valor mobiliário e o registro de sua oferta pública no mercado de capitais .....	67
2.5 Conclusão.....	69
Referências .....	71

<b>3 Letra de Crédito do Agronegócio.....</b>	<b>75</b>
3.1 Introdução.....	75
3.2 Conceito e natureza jurídica da LCA.....	76
3.2.1 Conceito .....	76
3.2.2 Regulamentação da LCA.....	77
3.2.3 A LCA é título de crédito próprio ou impróprio?.....	79
3.2.4 Atributos Cambiais: Visão Geral .....	80
3.3 Requisitos da letra de crédito do agronegócio .....	81
3.3.1 Emitente .....	81
3.2 Identificação do Título (Nomem Juris) .....	82
3.3.3 Valor da LCA.....	82
3.3.4 Os Lastros da LCA.....	84
3.3.5 Prazos Mínimos de Vencimento .....	88
3.3.6 Nome do Titular .....	89
3.3.7 Formas de Negociação .....	89
3.3.7.1 Distribuição Pública.....	90
3.3.7.2 Distribuição Privada ou Por Endosso.....	90
3.3.8 Formalização e Documentação .....	91
3.3.9 Garantias ao Credor da LCA .....	91
3.3.9.1 Direito de Penhor .....	91

3.3.10 Emissão de LCA em Série.....	93
3.3.11 Demais Características.....	93
3.3.11.1 Título Representativo de Promessa de Pagamento em Dinheiro.....	94
3.3.11.2 Título Executivo Extrajudicial.....	94
3.3.11.3 Proteção do Fundo Garantidor de Créditos (“FGC”) ...	95
3.3.11.4 Proteção do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (“FGCoop”).....	95
3.3.11.5 Isenções Tributárias .....	96
3.4 Da falta de pagamento.....	97
3.4.1 Em Razão de Simples Inadimplemento do Emitente .....	97
3.4.1.1 Inadimplemento pela Falência do Emitente .....	99
3.5 Conclusão.....	100
Referências .....	101
<b>4 Cédula de Produto Rural .....</b>	<b>105</b>
4.1 Introdução.....	105
4.2 A CPR como título de crédito .....	110
4.3 A CPR como valor mobiliário.....	126
4.4 Conclusão.....	135
Referências .....	137

<b>5 Certificado de Recebíveis .....</b>	<b>143</b>
5.1 Introdução.....	143
5.2 Evolução histórico-legislativa brasileira do Certificado de Recebíveis.....	144
5.3 Certificado de Recebíveis (CR) .....	150
5.3.1 Partes .....	151
5.3.2 Requisitos: essenciais e facultativos .....	153
5.3.3 Legislação aplicável .....	155
5.3.4 Mitigação dos riscos: lastro e garantias.....	156
5.3.5 Circulação/transfêrencia .....	159
5.3.6 Vencimento e pagamento .....	161
5.3.7 Ação cambial e protesto.....	161
5.3.8 Prescriçã.....	163
5.3.9 Falência e Recuperaçã judicial.....	164
5.3.10 Valores Mobiliários .....	169
5.4. Conclusã.....	171
Referências .....	172
<b>6 Letra de Crédito Imobiliário.....</b>	<b>177</b>
6.1 Introduçã.....	177
6.2 A LCI e sua natureza de título de crédito.....	179

6.3 Características da LCI.....	181
6.3.1. Título causal .....	181
6.3.2. Título nominal e opcionalmente cartular .....	182
6.3.3. Título nominativo com cláusula à ordem facultativa.....	183
6.3.4. Garantias ao adimplemento da LCI.....	184
6.3.5. Prazos de vencimento .....	189
6.3.6. Forma e prazo para cobrança .....	190
6.4 A LCI como valor mobiliário .....	191
6.5 A LCI como ferramenta de política pública.....	193
6.6 O tratamento do crédito oriundo de LCI nos casos de falência da instituição financeira emitente .....	196
6.7 Conclusão.....	199
Referências .....	201
<b>7 Letra Imobiliária Garantida .....</b>	<b>203</b>
7.1 Introdução .....	203
7.2 Histórico das letras imobiliárias garantidas .....	204
7.2.1 Primórdios das mortgage covered bonds .....	204
7.2.2 Crise imobiliária e o incremento das mortgage covered bonds no mundo .....	208
7.2.3 Incorporação das covered bonds no Direito brasileiro .....	211

7.3 As letras imobiliárias garantidas, refinanciamento e o direito constitucional de moradia.....	215
7.4 Características da letra imobiliária garantida.....	217
7.5 Conclusão .....	225
Referências .....	226
<b>8 Cédula Imobiliária Rural.....</b>	<b>229</b>
8.1 Introdução.....	229
8.2 Análise do Panorama Regulatório da Cédula Imobiliária Rural, dos seus Requisitos Essenciais e Não Essenciais e as suas Formas de Emissão .....	231
8.3 Análise do Patrimônio Rural em Afetação, do Aval e do Endosso da Cédula Imobiliária Rural .....	241
8.4 Análise sobre a Executividade e dos Direitos Creditórios da Cédula Imobiliária Rural.....	251
8.5 Cédula Imobiliária Rural como Valor Mobiliário .....	256
8.6 Cédula Imobiliárias Rural sob a Perspectiva Judicial.....	260
8.7 Conclusões .....	266
Referências .....	267
<b>9 Letra Financeira .....</b>	<b>273</b>
9.1 Introdução.....	273
9.2 Análise da lei nº 12.249/2010 e de suas alterações.....	275

9.3 A letra financeira e suas características como valor mobiliário...	293
9.4 Conclusão.....	298
Referências .....	301
<b>10 Letra de Crédito do Desenvolvimento .....</b>	<b>311</b>
10.1 Introdução.....	311
10.2 A discussão legislativa precedente à instituição da LCD .....	313
10.2.1 O PL n. 6.235/2023 e sua justificativa .....	314
10.2.2 O trâmite do PL n. 6.235/2023 na Câmara dos Deputados....	317
10.2.3 O trâmite do PL n. 6.235/2023 no Senado Federal .....	320
10.3 Letra de Crédito do Desenvolvimento (LDC) .....	320
10.3.1 Partes .....	323
10.3.2 Requisitos essenciais e facultativos .....	326
10.3.3 Legislação aplicável .....	328
10.3.4 Mitigação dos riscos: lastro e garantias.....	329
10.3.5 Circulação/transferência .....	333
10.3.6 Data do vencimento e local do pagamento .....	334
10.3.7 Ação cambial e protesto.....	335
10.3.8 Prescrição.....	338
10.3.9 O crédito da LCD na falência e na liquidação extrajudicial ....	338
10.3.10 A LCD como valor mobiliário .....	347

10.4 Conclusão.....	352
Referências .....	353
<b>11 Nota Promissória para Distribuição Pública e Nota Comercial....</b>	<b>357</b>
11.1 Introdução.....	357
11.2 Evolução histórica das notas promissórias comerciais no cenário mundial.....	361
11.3 Evolução das notas promissórias comerciais no Brasil.....	367
11.3.1 A regulamentação das notas promissórias comerciais pela Instrução CVM nº 134/1990.....	367
11.3.2 A disciplina da nota promissória para distribuição pública após a revogação da Instrução CVM nº 134/1990....	369
11.4 A Nota Comercial (Lei nº 14.195/2021).....	381
11.5 Confronto das notas comerciais e das notas promissórias comerciais .....	389
11.6 Caracteres de identidade e de distinção entre a nota promissória comercial e a nota comercial .....	392
11.7 Conclusão.....	402
Referências .....	404